

1. Informações Gerais

Data: 20/06/2024

Horário: 14h00

Local: híbrido- presencial/teams – sala EA03

Participantes/Representantes:

- Dr. Gabriel da Silveira Matos – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Leila Correia Mascarenhas Barreto – Assessora-chefe do Gabinete da Presidência;
- Dr. Fábio César dos Santos Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência;
- Dra. Adriana Alves dos Santos Cruz – Secretária-Geral;
- Johanness Eck – Diretor-Geral
- Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
- Diogo Albuquerque Ferreira – Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;
- Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
- Marina Brazil Bonani – Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais;
- Renata Chiarinelli Laurino – Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
- Daniel Gerheim Souza Dias – Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO;
- Leonardo Lemes Rosa – Diretor de Projetos – DTI;
- Giselly Siqueira – Secretária de Comunicação Social – SCS;
- Wernne Pereira e Silva – Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF;
- Bruno Cesar de Oliveira Lopes – Secretário de Administração – SAD;
- Raquel Wanderley da Cunha Chaussê – Secretária de Gestão de Pessoas – SGP;
- Priscilla Valeria Gianini Santos – Assessora da Corregedoria Nacional de Justiça – CN;
- Pedro Souza Maurmo – Assessor do Gabinete da Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos – CSAC;
- Ronaldo Araújo Pedron – Chefe de Gabinete da Ouvidoria – OUV;
- Priscila Schubert da Cunha Canto – Representante da Secretaria de Auditoria – SAU;
- Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP;
- Daniele Smidt Frischknecht – Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral – DAGI;
- Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ.

Facilitadores

- Dr Gabriel da Silveira Matos – Secretário de Estratégia e Projetos;
- Dr. Fábio César dos Santos Oliveira – Juiz Auxiliar da Presidência.

Equipe Técnica

- Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional;
- Davi Gomes Holanda – Estagiário da Seção de Planejamento Institucional.

Plataforma Teams:

David Cosme Alves Pereira
Thaislana Marina Lima dos Santos
Márcio Mendes Soares
Eduarda Trigueiro Lima Dantas
Aline Ribeiro de Mendonça
Renata Maroja Stochiero
Marcos Vinícius Silva Campos
Meg Gomes Martins de Ávila
Milena Brito Bertoldi Nogueira
Thais Martins Boschi
Anali Cristino Figueiredo
Rodrigo Miguel Rosa
Carlos Eduardo Vellozo de Campos
Marina Cabral Nogueira de Sá
Igor Caires Machado
Lourane Mayra de Souza Barros
Juliana Almeida Costa Cronemberger
Greice Kelly Godoy Cordeiro
Priscila Alberti Leite
Jaqueline Cardoso Cruz Borges
Antonio Ferreira de Melo Filho
Daniela Rodrigues Nunes do Nascimento
Mariana Bandeira Ansani Yamanaka
Júlia Nunes Leite Soares
Thais Martins Ferreira
Jeane Dias Pinheiro
Lucy Arakaki Felix Bertoni
Benildo Moraes Santos

Usuários não identificados pela plataforma:

João
Carol
Greice
Janaína
Claudio Henrique
Alexandre
Thaís

1. Abertura

A reunião foi iniciada por Dr. Gabriel Matos, Secretário de Estratégia e Projetos, nominando os participantes e explicando o objetivo da reunião. Na sequência, Dr. Fábio César, Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do DGE, reforçou que a natureza da reunião é a avaliação dos rumos do CNJ para verificação de erros e acertos. Informou sobre a IN n. 101/24 que trata sobre a sustentabilidade interna do órgão e adicionou que os esforços feitos pelo CNJ refletiram no índice de desempenho de sustentabilidade. Sobre transparência, noticiou que o CNJ ocupa uma das primeiras posições, segundo o resultado preliminar. Observou que esses resultados advêm da colaboração das unidades e parabenizou a todas. Dra. Adriana Alves dos Santos Cruz, Secretária-Geral, fez uma saudação geral e agradeceu o empenho do corpo funcional do CNJ na execução de seus objetivos. Citou, ainda, o reconhecimento internacional do órgão. Dra. Leila Correia Mascarenhas Barreto, Assessora-chefe do Gabinete da Presidência, destacou a importância do encontro e agradeceu as entregas, decorrentes do engajamento dos servidores e magistrados. Informou a transição na assessoria jurídica e as ações da COPJ que está focada em trazer a memória das Políticas Judiciárias. Noticiou, ainda, a entrega do sistema de CUMPRDECs.

2. Resultados Consolidados

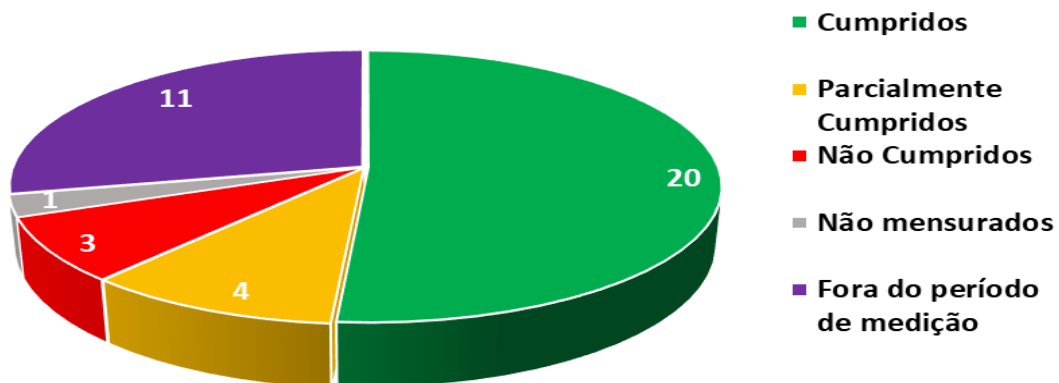
Adilson Medeiros da Silva, Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do CNJ, apresentou o panorama geral dos resultados.

MAPA ESTRATÉGICO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

2021—
—2026

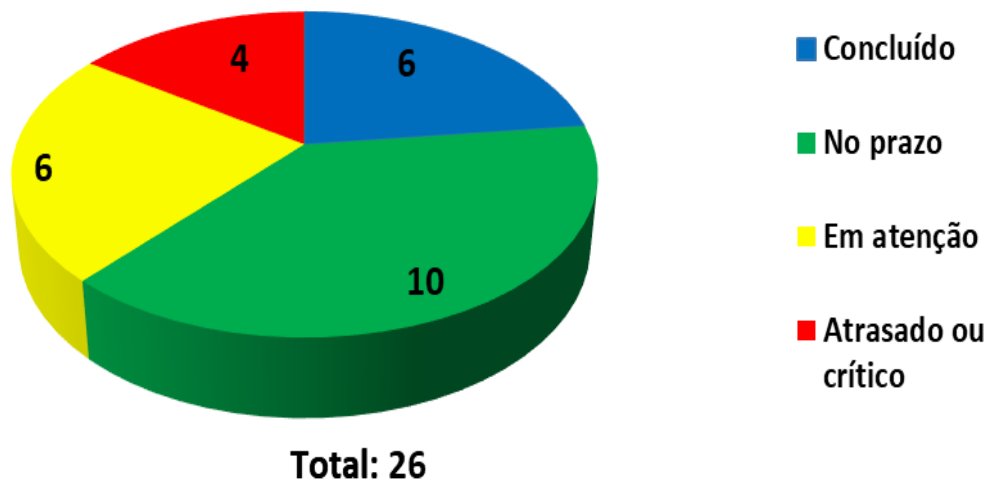


Panorama Geral dos Indicadores Estratégicos Abril 2024



Total: 39

Panorama Geral dos Projetos Institucionais Abril de 2024



3. Apresentações das Unidades

3.1 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

Renata Chiarinelli Laurino, Diretora Executiva do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF, apresentou resultados das cinco grandes ações que compõem o indicador da unidade: sobre o SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificada), noticiou que foi iniciada a implantação em São Paulo; a ação de identificação e emissão de documento civil está em andamento para fins de qualificação do fluxo; acerca da ação de controle da porta de entrada do sistema prisional pontuou que houve avanços em vários atos preparatórios; quanto ao fortalecimento do sistema sócio educativo, fez menção à parceria com o DTI e citou a nacionalização da PSE (Plataforma Sócio Educativa) que visa unificar o tratamento processual dos adolescentes em conflito com a lei; por fim, ressaltou a implantação gradual dos Comitês de Políticas Penais que são parcerias do Poder Executivo com o Poder Judiciário nos Estados e que ajudarão na implantação do Plano Nacional do

Estado de Coisas Inconstitucional. Dr. Gabriel ressaltou a importância do registro dos projetos do DMF no âmbito do Escritório Corporativo de Projetos-ECP.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
14	Índice de Implementação das Iniciativas que Promovam os Direitos de Cidadania	33,3%	37,8%	113,3%

3.2 Secretaria de Comunicação Social – SCS

Giselly Siqueira, Secretária de Comunicação Social, ao apresentar o resultado da unidade, ressaltou que um dos indicadores foi ajustado e pontuou que ela ainda fará análise porque está chegando no CNJ.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
28	Índice de promoção e repercussão das ações de comunicação social com a sociedade	100,0%	100,0%	100,0%
30	Índice de Satisfação com a Comunicação Interna	0,0%	0,0%	Fora do período de medição

3.3 Corregedoria Nacional de Justiça – CN

Priscilla Valeria Gianini Santos, Assessora da Corregedoria Nacional de Justiça-CN, informou o final da gestão do Ministro Salomão. Sobre os resultados, pontuou a necessidade de ajuste do indicador 11; acerca dos serviços extrajudiciais (indicador 13) informou a implantação do SERP, a conclusão do conciliação e mediação na prática e a paralisação do banco nacional de precedentes que deverá ser avaliado pela próxima gestão.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
2	Índice de execução do plano de acompanhamento das unidades judiciais	100,0%	100,0%	100,0%
11	Índice de implantação das iniciativas que aprimorem as inspeções e correições	33,3%	250,0%	750,1%
12	Índice de Execução do Plano de Inspeções	62,5%	62,5%	100,0%
13	Índice de execução das ações de fomento à melhoria dos serviços extrajudiciais	33,3%	48,3%	145,0%

3.4 Departamento de Gestão Estratégica – DGE

Fabiana Andrade Gomes e Silva, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica-DGE, informou que o DGE é responsável por 4 indicadores: um é sobre o painel de boas práticas que tem sido cumprido; outro é sobre o índice de melhorias em processos prioritários e, neste caso, ressaltou o aumento dos processos em 2024, apontando que as unidades estão atentas às melhorias; o seguinte é o índice de cumprimento das metas nacionais que não foi mensurado no período em virtude de problemas no DATAJUD e de prioridade e disponibilidade da equipe; por fim, sobre o índice de execução do Plano de Logística Sustentável fez alertas sobre os indicadores de impressões e de equidade de gênero.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
1	Índice de Cumprimento das Metas Nacionais	75,0%	0,0%	0,0%
21	Índice de eficácia do Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário	90,0%	96,1%	106,8%
26	Índice de melhorias implementadas em processos prioritários	21,0%	22,0%	104,8%
27	Índice de Execução do Plano de Logística Sustentável	86,0%	73,0%	84,9%

3.5 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJUD

Diogo Albuquerque Ferreira, Chefe do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD, destacou que os indicadores estão ultrapassando as metas estipuladas em virtude dos cursos novos ofertados na plataforma do CEAJUD advindos do Justiça 4.0. Ressaltou, entretanto, problemas na infraestrutura da plataforma devido ao número de acessos diários.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
31	Índice de Capacitação do Poder Judiciário nas Competências Estratégicas	5,0%	6,4%	128,0%
32	Índice de Capacitação dos gestores do Poder Judiciário em capacitações gerenciais	2,7%	5,0%	184,4%

3.6 Departamento de Acompanhamento Orçamentário - DAO

Daniel Gerheim Souza Dias, Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO, informou que o indicador da unidade mede as publicações orçamentárias dos tribunais, que está bem estabilizado e que não vê espaço para

melhoria quantitativa no momento, mas estão promovendo melhorias no acesso a essas informações no âmbito do ranking da transparência.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
37	Índice de Publicações das Informações Orçamentárias dos Tribunais	95,0%	100,0%	105,3%

3.7 Coordenadoria de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais - COPJ

Marina Brazil Bonani, Coordenadora de Governança de Políticas Judiciárias Nacionais, informou que os indicadores estão fora do período de mensuração, entretanto os dados estão sendo observados. Pontuou que houve um decréscimo nas políticas com planejamento e um leve aumento nas políticas com monitoramento. Adicionou que em 2024 houve aumento de 2 políticas no painel, totalizando 34. Por fim, ressaltou que o desafio da unidade é impulsionar a governança das Políticas Judiciárias e que estão sendo implementadas ações para esse fim: formulários eletrônicos de planejamento de Políticas Judiciárias, painel das políticas atualizado a cada 15 min, elaboração da IN 99 com diretrizes para Políticas Judiciárias, consultorias, capacitação de gestores de Políticas Judiciárias. Noticiou, ainda, a realização, em agosto, da 1ª Reunião de Análise das Políticas Judiciárias-RAP.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
5	Índice de monitoramento de indicadores de políticas judiciárias nacionais	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
6	Índice de planejamento de políticas judiciárias nacionais	0,0%	0,0%	Fora do período de medição

3.8 Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ

Gabriela Moreira de Azevedo Soares, Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ, esclareceu que os resultados insatisfatórios são devido ao ciclo normal da troca de gestão e que ao longo do ano será resolvido naturalmente. Ressaltou a publicação do painel de dados de pessoal e a publicação do relatório Justiça em Números no 1º semestre. Dr. Gabriel citou a necessidade de criação do banco nacional de falências e recuperações judiciais.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
4	Índice de realização de pesquisas e painéis	38,6%	14,3%	37,0%
7	Indicador de nível de consistência médio dos tribunais no painel de qualificação do DataJud	75,0%	79,6%	106,1%
10	Índice de divulgação das informações primárias de pesquisa em formato aberto e não proprietário	75,0%	25,0%	33,3%

3.9 Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTI

Leonardo Lemes Rosa, Diretor de Projetos do DTI, relatou que dois dos indicadores ainda não foram mensurados e que consideram fazer ajustes no indicador de satisfação dos usuários. Adicionou, sobre que o indicador 18, que dos 29 sistemas críticos, 14 já estão com gestão de risco. Sobre o indicador 15, observou que foi modificado no início do ano, que é um indicador que tem sazonalidades e que haverá melhora no desempenho. Dr. Gabriel questionou o prazo para o iGOVTic-JUD.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
15	Engajamento dos usuários na plataforma Connect-Jus	600	450	75,0%
16	Índice de satisfação dos usuários de TIC	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
17	Evolução do Perfil de Governança de TI – iGovTIC-JUD	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
18	Índice de serviços críticos com gestão de risco	52,0%	48,0%	92,3%

3.10 Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria-Geral - DAGI

Daniele Smidt Frischknecht, Chefe da Divisão de Apoio à Governança e Inovação da Diretoria Geral – DAGI, relatou que houve mudança no indicador e apresentou o resultado das cinco ações estratégicas que estão contempladas no seu escopo, decompostas em várias etapas com diferentes pesos: 1. Elaboração das políticas de governança e gestão das unidades da DG; 2. Elaboração e revisão de normativos com alto impacto institucional; 3. Atualização do sistema de indicadores da DG; 4. Implementação do sistema de informações gerenciais e da execução orçamentária; 5. Planejamento da contratação do sistema de gestão de pessoas. Na sequência, a palavra foi franqueada ao Diretor-Geral, Johanness Eck, que abordou o concurso público do CNJ e a aquisição da sede. Sobre o primeiro projeto, noticiou que em 30 de junho será realizada a prova e forneceu dados da inscrição. Acerca da aquisição da sede, informou que continua sendo trabalhado.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
3	Índice de execução das ações estratégicas da Diretoria-geral	33,3%	37,0%	111,0%

3.11 Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF

Wernne Pereira e Silva, Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF, sobre o indicador 38, informou que está fora do período de medição, mas que já se iniciou a negociação para captação. Acerca do indicador 39, observou que está com a meta batida, porém pontuou a necessidade de as unidades mandarem as faturas orçamentárias para o pagamento e fechamento até dezembro. Alertou, ainda, que a captação de demandas já foi iniciada e pediu atenção aos gestores nas suas propostas.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
38	Captação de recursos adicionais ao orçamento do CNJ	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
39	Execução das despesas primárias do CNJ	20,0%	27,2%	136,0%

3.12 Secretaria de Administração - SAD

Bruno Cesar de Oliveira Lopes, Secretário de Administração – SAD, relatou que a mensuração dos indicadores será feita no último quadrimestre e lembrou que na última os indicadores atingiram a meta. Complementou, sobre o indicador 20, que será feita uma proposta de revisão à equipe do DGE, pois houve um aumento considerável nas equipes a serem atendidas, o que exigirá novos serviços. Ressaltou, por fim, o projeto de aquisição do edifício sede do CNJ, o qual traria um ganho de custeio.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
19	Satisfação dos usuários com a estrutura física do CNJ	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
20	Satisfação dos usuários com os serviços internos prestados no âmbito da Secretaria de Administração	0,0%	0,0%	Fora do período de medição

3.13 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

Raquel Wanderley da Cunha Chaussê, Secretária de Gestão de Pessoas – SGP, destacou que houve aumento na capacitação dos servidores do CNJ, o que refletiu positivamente no indicador 33. Abordou que estão sendo realizadas capacitações para os gestores, inclusive em parceria com a Universidade de Brasília, os quais contribuirão com o indicador 34. Pontuou, ainda, as ações voltadas à qualidade de vida no trabalho, que estão sendo focadas em atividades com maior aderência. Por fim, fez menção: 1. Ao indicador tático da folha de pagamento ressaltando a data de pagamento; 2. À aquisição do novo sistema de pessoal; 3. Ao painel de BI com dados de pessoal, destacando o aprimoramento constante dessa ferramenta, com ênfase aos dados sobre os cursos de liderança feitos pelos gestores; 4. À realização do concurso; 5. À política de gestão de pessoas, sobretudo a utilização dos canais oficiais de comunicação do CNJ, observando a funcionalidade de horários programados; 6. Ao guia de gestores.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
33	Índice de Capacitação dos Servidores do CNJ	13,3%	30,2%	226,7%
34	Índice de Capacitação dos Gestores do CNJ	16,7%	8,1%	48,8%
35	Avaliação das capacitações realizadas	76,0%	88,0%	115,8%
36	Satisfação quanto às ações de saúde e QVT	89,0%	80,0%	89,9%

3.14 Comissão Permanente de Solução Adequada de Conflitos - CSAC

Pedro Souza Maurmo, Assessor-chefe do Gabinete do Conselheiro Marcos Vinícius, informou que a CSAC já foi transferida para a Conselheira Mônica Nobre, entretanto, observou que o resultado apresentado (abril/2024) é de responsabilidade da equipe anterior. Sobre o desempenho, esclareceu que houve atrasos em atividades previstas

e que a transição de mandato também influenciou o resultado. Por fim, listou as etapas faltantes e frisou que a nova equipe poderá rever as atividades.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
40	Índice de implementação das Iniciativas que Promovam a Política de Soluções Adequadas de Conflitos	37,8%	27,0%	71,5%

3.15 Ouvidoria - OUV

Ronaldo Araújo Pedron – Chefe de Gabinete da Ouvidoria – OUV, noticiou que os dois indicadores estão com a meta atingida. Em complemento, pontuou o aumento das demandas e que não houve ocorrência de casos de grande repercussão nacional. Levantou algumas hipóteses para o fenômeno, observou que em algum momento poderá haver um estrangulamento e colocou algumas possibilidades de solução.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
8	Atendimento da Ouvidoria	93,0%	98,9%	106,3%
9	Satisfação com o atendimento da ouvidoria	74,0%	73,2%	98,9%

3.16 Secretaria de Auditoria – SAU

Priscila Schubert da Cunha Canto, Representante da Secretaria de Auditoria – SAU, declarou que apenas um indicador foi aferido e que os demais estão fora do período de medição. Na sequência, teceu breves explicações das naturezas dos indicadores. Sobre o indicador medido, esclareceu que parte das avaliações é da equipe de auditoria e parte é das unidades auditadas, e que o resultado positivo demonstra que a entrega da auditoria tem sido de qualidade. Pediu a colaboração de todos para

responderem o questionário sobre a Política de Participação Institucional Feminina que terá impacto nas ações coordenadas de auditoria.

Nº	Indicador	Expectativa	Realizado	Desempenho
22	Índice de evolução da maturidade dos processos de auditoria	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
23	Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria e consultoria	90,0%	95,2%	105,8%
24	Índice de adesão às ações coordenadas de Auditoria	0,0%	0,0%	Fora do período de medição
25	Índice de qualidade dos resultados das ações coordenadas de auditoria	0,0%	0,0%	Fora do período de medição

3.17 Escritório Corporativo de Projetos

Cristina de Oliveira Winckler – Coordenadora do Escritório Cooperativo de Projetos Institucionais – ECP, iniciou pontuando a necessidade de se usar os formulários atualizados que estão na intranet e de se formalizar os projetos. A seguir apresentou o panorama do quadrimestre e acentuou a necessidade de atualizações das informações dos projetos. Na sequência deu destaque a cinco projetos: 1. Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para a Justiça Federal; 2. Plano de inovação no Poder Judiciário; 3. Sensibilização e formação em integridade e compliance no Poder Judiciário; 4. Sniper e Sirenejud 2.0. Ao final, listou os projetos próximos de conclusão: propagar, datalake, PMOJUD, Sinapses 5, Itinerância cooperativa na Amazônia Legal – 2024, Domicílio Judicial Eletrônico.



Departamento de Gestão Estratégica
Diretoria-Geral
Secretaria de Estratégia e Projetos
Escritório Corporativo de Projetos Institucionais - ECP
Tecnologia da Informação e Comunicação

MENU
Sobre o ECP
Metodologia
Publicações
Portfólio de Projetos
Painel

NORMATIVOS:

IN Nº 93/2023

MGPRO

GUIAS

MODELOS ATUAIS:

TAP (Iniciação e primeiro plan.)

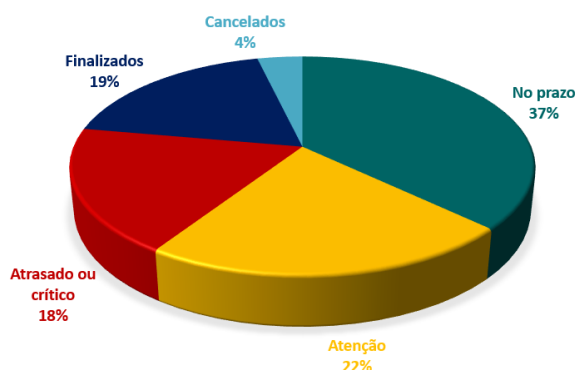
PGP (Planejamento)

RELATÓRIO

TEP (Encerramento)

1. Escola Virtual do Poder Judiciário - EVJ;
2. Programa Nacional de Promoção das diversidades na Primeira infância;
3. Semanas da diversidade na primeira infância;
4. Se renda à infância;
5. Programa de Promoção a Equidade Racial no Poder Judiciário - Planejamento 2024;
6. FONAJUS Itinerante;
7. FONAC - Projeto Sistema Codex.





Aperfeiçoamento funcional em temáticas prioritárias para o CNJ e para Justiça Federal (cursos, capacitações, metodologias e ferramentas)

Patrocínio – SEP

Execução – PNUD / Orientação DPI

Objeto: Elaboração de cursos, materiais e ferramentas de capacitação na modalidade de Educação à Distância (EaD)

Benefícios:

1 – Sensibilização de magistrados e servidores do Poder Judiciário sobre a importância de capacitações na área de Ciência de Dados, a fim de fomentar a cultura de dados no judiciário

2 – Habilitação do desenvolvimento de capacidades funcionais, na área de Ciência de Dados, de magistrados e servidores do Poder Judiciário

ENTREGAS:

- Fundamentos de Estatística para Ciência de Dados,
- Excel para Análise de Dados,
- R para Análise de Dados,
- Python para Análise de Dados,
- Dashboards com o Power BI,
- Dashboards e Relatórios Dinâmicos com o R,
- Aprendizado de Máquina (Machine Learning),
- Mineração de Texto, Curso de Spark – Distribuição
- Processamento de Dados.

Patrocínio – SEP

Execução – PNUD/UFRN / Orientação DPI

Objeto: Realização de um Diagnóstico Nacional acerca das inovações do Poder Judiciário Brasileiro, estruturação e realização da Premiação nacional acerca de práticas inovadoras e, elaboração de um Plano Nacional de Inovação para o Poder Judiciário.

Benefício: Engajar os Tribunais e identificar as melhores práticas de inovação do judiciário. Dotar o CNJ de informações sistematizadas acerca do cenário de inovação do poder judiciário. Disponibilizar um Plano nacional de Inovação para o Poder Judiciário.

ENTREGAS

- Proposta técnica do Prêmio de Inovação no Poder Judiciário.
- Modelo teórico para a análise da capacidade institucional, compreendendo os quatro objetivos específicos.
- Modelo teórico para análise das expectativas da sociedade para o judiciário do futuro.
- Relatório analítico sobre as inovações e da forma de atuação dos laboratórios de inovação do Poder Judiciário.
- Relatório analítico sobre a tendência organizacional para a inovação e capacidade institucional dos Tribunais para a inovação
- Proposta do Plano Nacional de Inovação do Poder Judiciário.



Patrocínio – SEP

Execução – PNUD/ Orientação SEP – Apoio CEAJUD

Objeto: Estimular, por meio de ações de sensibilização e de formação de gestores e servidores, a implantação de programas de integridade e compliance no Poder Judiciário.

Benefícios:

1. Sensibilização de gestores e servidores do Poder Judiciário sobre os normativos, princípios e mecanismos de Integridade e Compliance.
2. Gerar o reconhecimento e aplicação prática, por gestores e servidores do Poder Judiciário, dos princípios e mecanismos de integridade de compliance em seu contexto de trabalho.

ENTREGAS:

- Curso : “Princípios Básicos de Integridade e Compliance para o Poder Judiciário”.
- Aplicação do Curso “Formação de Gestores do Poder Judiciário em Sistemas de Integridade e Compliance”.
- Adequação do Curso “Formação de Gestores em Sistemas de Integridade e Compliance” para plataforma do CEAJud.



Patrocínio – SEP

Execução – PNUD/ Orientação SEP – Apoio DTI

Objeto: Desenvolver ferramenta de análise financeira e busca de ativos do Poder Judiciário. A ferramenta será denominada SNIPER.

Benefício: Ferramenta de análise de entidades e ativos. Visa oferecer uma ferramenta que seja mais rápida e mais completa de investigação patrimonial para o cumprimento de uma ordem judicial, através dos relacionamentos entre pessoas jurídicas e pessoas físicas, acesso aos ativos, dados fiscais e dados bancários relacionados com estas entidades.

ENTREGAS:

- Módulo Mapa de Relacionamento com dados abertos.
- Módulo de Pesquisa e Busca de Ativos.
- Módulo Mapa de Relacionamentos CNJ.
- Módulo de Dados Sigilosos.

Patrocínio – SEP

Execução – PNUD/DPI

Objeto: Aperfeiçoamento do Painel Interativo Nacional de Dados Ambiental e Interinstitucional - SireneJud para melhorar a experiência do usuário na visualização de dados, na produção de.

Benefício: Aumento da transparência ativa dos dados ambientais do Poder Judiciário

ENTREGAS:

- Migração da estrutura para ambiente de produção
- Inclusão das camadas internacionais e atualização das camadas de desmatamento e do CAR no Mapa Geral
- Atualização dos dados de desmatamento e do CAR
- Criação de painéis de dados estatísticos a partir do DataJud
- Atualização do relatório de áreas desmatadas e relatório de sobreposição de área
- Painel de dados processuais relacionados a assuntos ambientais.
- Painel Comparativo (UF, Tribunais...)

Próximo do encerramento

Propagar

Datalake

Pmojud

SINAPSES 5 – Capacitação

Itinerância Cooperativa na Amazônia Legal – 2024 - 1ª edição

Domicílio Eletrônico

4. Considerações Finais

Dr. Fábio César expressou sua gratidão pela participação de todos e transmitiu mensagem de continuidade e aprimoramento dos esforços, com o que encerrou a reunião.